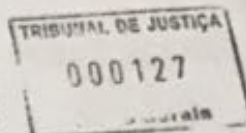




CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

ATA DA V REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE
DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE DO SERRO - 28-10-2016

88



As 08h50min do dia 28 de outubro de 2016, deu-se início à V Reunião Extraordinária do CODEMA - Serro com a presença dos membros: Paulo Simone, Renan, Ari, Leandro, Roberto, Jair, José Barbosa e Matheus. O presidente saudou a todos e deu início à reunião solicitando a Simone a leitura do expediente e da ata da reunião anterior, sendo aprovada por todos os membros. O presidente abriu a reunião de votação para deliberação sobre a solicitação de declaração de conformidade ambiental, pela empresa Anglo American, representada nesta reunião por, Christiano Brandão, Marina Amorim, André Gonzaga, Cristina Poggiali e Juliano Reis. O professor Matheus começou a apresentar a sua justificativa dizendo que com base na resolução CONAMA 237, não há definição quanto à aplicação da legislação apenas municipal no caso da declaração de conformidade. A Dra. Marina contestou citando a Lei Complementar 140/2011. O professor Matheus solicitou que constasse em ata que houve tentativa de intimidação da conselheira Simone por dois funcionários da empresa Anglo American, quando colocaram para ela que a não emissão da declaração de conformidade implicaria no corte de recursos da empresa para a cidade. O Sr. Ariel solicitou para que fosse registrada a sua presença como representante da Dra. Célia Corsino superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN-MG. Ariel Silva informou que a reunião seria gravada a pedido do IPHAN. O presidente apresentou o Plano Diretor do Município e mostrou o mapa de macrozoneamento de Serro, onde consta a área requerida pela Anglo como Zona Especial de Exploração Mineral - ZEM, informando que a mineração se encontra ao lado da bacia do Rio Guanhães, não atingindo a bacia do Rio do Peixe. O professor Matheus complementou que consta no EIA/RIMA que a mineração afetará o Rio do Peixe com rebaixamento de lençol freático na região do Guilhís. Dra. Marina solicitou a palavra para esclarecimentos das dúvidas. O Christiano Brandão informou que a legalidade da análise ambiental, fica a cargo a Supram e não do município e do conselho, disse também que é o momento para discutir a legalidade da emissão da declaração e não dos possíveis impactos que poderão ocorrer. André Gonzaga disse que não existe previsão de rebaixamento do lençol freático reforçando que a declaração de conformidade do município se baseia apenas na legislação de uso e ocupação do solo do município e que se houver futuramente a necessidade, serão realizados estudos mais detalhados dos impactos e de medidas mitigadoras. Professor Matheus questionou sobre a ordem da dinâmica da reunião e o presidente perguntou se todos os membros concordavam em ouvir as manifestações dos convidados presentes. Ficou acordado que o conselho ouviria primeiro as manifestações dos presentes e em seguida passaria à deliberação com as devidas considerações dos conselheiros. André, da Anglo, fez considerações a respeito da conformidade reafirmando que a responsabilidade do município está na lei de uso e ocupação do solo e que só com a ela a empresa protocola o pedido de análise

PER

R

Jul

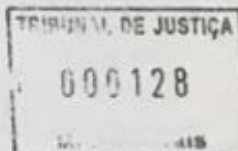
Mar



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

89
26

47 ambiental na Supram, quando então, passa-se à análise dos impactos. Jair
48 disse que não podemos deliberar considerando questões futuras e solicitou a
49 atenção dos conselheiros. O presidente abriu a votação e o professor Matheus
50 deu início ao seu parecer dizendo da responsabilidade de decidirmos hoje o
51 futuro da comunidade. Informou sobre legislações federais que se aplicam no
52 âmbito municipal e não se pode confundir competência legislativa com
53 competência administrativa. Disse das divergências entre o EIA/RIMA e
54 explicações dos representantes da empresa e das violações ao Plano Diretor
55 do Município. Ressaltou sobre a importância de haver um planejamento na
56 construção de um município e apresentou aos presentes o mapa do Projeto
57 Diretamente Afetada pela Feam e reforçou que a informação passada pelos
58 representantes não é a mesma que consta no documento apresentado, que
59 não houve reconhecimento da Comunidade Quilombola de Queimadas e citou
60 a convenção 169 da OIT sobre direitos dos Povos Tradicionais, que diz que
61 deverão ser consultados em casos de afetação direta e não poderão ser
62 transladados. Citou também a violação de normas no Plano Diretor do
63 Município onde constam as áreas de macrozoneamento rural e área de
64 proteção cultural do município que tem proteção paisagística do entorno onde
65 se insere a área da mineração e que é visível de alguns pontos da cidade.
66 Comentou sobre a sobreposição da área diretamente afetada com a área de
67 amortecimento do Parque Estadual do Pico do Itambé - PEPI. Dentre outras
68 considerações, ele declarou a negativa do seu voto pela ilegalidade da
69 declaração de acordo com as leis municipais. Christiano solicitou a palavra
70 para esclarecimentos e foi informado que, de acordo com a deliberação do
71 conselho no início da reunião, estava encerrada a participação de convidados,
72 cabendo a fala neste momento apenas aos conselheiros. O Sr. Leonardo
73 Clementino Nunes também pediu a palavra e teve negada pelo mesmo motivo.
74 Após outras manifestações dos presentes, o presidente citou o artigo 26 do
75 regimento interno e propôs novo acordo entre os conselheiros para ouvir as
76 manifestações e esclarecimentos dos demais presentes. Colocada em votação,
77 ficou decidido que seriam ouvidas somente as manifestações da comunidade,
78 pois a empresa já teve sua oportunidade de manifestações e esclarecimentos.
79 Foi estipulado um intervalo de 10 minutos para inscrição das manifestações.
80 Após o tempo estipulado, o presidente retomou a reunião citando a resolução
81 237 CONAMA contestando o formato em que o município é chamado a se
82 manifestar, antes da discussão de impactos ambientais e sobre apenas uso e
83 ocupação do solo. O presidente abriu as manifestações com a palavra do Sr.
84 Leonardo Nunes que disse não ter conhecimento do processo de solicitação da
85 Anglo e disse que seria importante se fosse aberto um plebiscito para que a
86 comunidade possa se manifestar. Sra. Isaura Ferreira dos Santos disse da
87 estrutura das ruas do bairro que também é acesso ao local do empreendimento
88 e que a tranquilidade dos moradores será afetada tanto quanto suas
89 residências, que não foram construídas para suportar via de trânsito pesado.
90 Professor Matheus esclareceu que de acordo com o que foi apresentado no
91 EIA/RIMA, não existe pré definido a forma e o direcionamento do escoamento
92



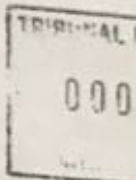
22B [assinatura] [assinatura] [assinatura]



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

90
22

93 da produção. Ana Beatriz Nunes se manifestou quanto à situação dos
94 moradores das comunidades vizinhas do empreendimento em Conceição do
95 Mato Dentro, onde todos foram afetados sem o respeito da mineração aos
96 condicionantes pré estabelecidos. Finalizada as manifestações, o presidente
97 retomou a votação dos membros. Leandro apresentou seu parecer citando a
98 resolução CONAMA 237 e considerando demais fatores com o uso legal do
99 solo e a Constituição Federal Brasileira, art. 225 e ressaltou a existência da
100 ilegalidade. Disse que o posicionamento final deverá ser do prefeito e que o
101 Conselho tem a função de assessoramento do mesmo. Disse também, que é
102 preciso regulamentar a forma de deliberação do CODEMA de forma que a
103 decisão seja subsidiada por pareceres técnicos sobre a responsabilidade da
104 Secretaria de Meio Ambiente. Com base no Princípio da Prevenção (art. 225 -
105 CF), votou negativo à emissão da declaração. Simone, com base nos
106 pareceres do professor Matheus e também nas considerações do Leandro,
107 apresentou seu voto negativo. Renan justificou seu voto negativo dizendo da
108 importância da qualidade de vida e do bem estar da comunidade, também
109 considerando o Princípio da Prevenção. Ari disse que sendo representante da
110 Associação Comercial do Serro e seria do interesse da mesma a implantação
111 do empreendimento na cidade conforme consultas informais aos membros da
112 associação, mas que concorda com o Leandro que não é o momento para
113 emissão do documento votando negativamente. Roberto disse que esta é uma
114 decisão de responsabilidade de toda a comunidade e acompanhou o parecer e
115 voto negativo do Leandro. José Barbosa, como representante dos
116 trabalhadores rurais disse que a tranquilidade de vida dos camponeses não
117 pode ser atingida por um empreendimento que retira seus recursos de
118 sobrevivência e votou negativo à emissão. Encerrou-se a votação com sete
119 votos negativos à emissão da Declaração de Conformidade Ambiental. O
120 professor Matheus solicitou ao presidente, em questão de ordem, prazo para
121 apresentação da justificativa do voto que foi informado ser 07 (sete) dias.
122 Leandro solicitou que fosse apresentado um modelo de instrução normativa
123 conforme criado pelo município de Conceição do Mato Dentro e adequado
124 conforme as Leis Municipais de Serro, que tem a finalidade de regulamentar
125 futuras declarações de conformidade ambiental. Sem mais a se tratar, o
126 presidente encerrou a reunião. Lavrei a presente ata que será lida e aprovada
127 por todos na reunião seguinte.



Handwritten signatures: Roberto and Barbosa



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

28 de Outubro 2015

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

LISTA DE PRESEÇA

NOME

ASSINATURA

ENTIDADE	NOME	ASSINATURA
SOCIED. CIVIL	Pauo Sérgio Torres Macedo	
Ref. Municipal Sino	Simone Cardoso	
IEF	Renan César de Silva	
	Leandro Souza de Oliveira	
PMNG	Arti Dumoulin + Almeida	
Associação Comercial	Roberto de S. Pina	
Caravanas	Paulo de Oliveira Baptista	
1ª Fm	Manoel Gavi Espinosa	
Sociedade civil	Matheus de Figueiredo Silva	
POL. Nova		

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
000130
Brasão de Armas



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE -
CODEMA

DELIBERAÇÃO Nº 001/2015

Dispõe sobre a solicitação
de Declaração de Conformidade Ambiental

O Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente – CODEMA Serro, no uso
de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO:

- 1 - Lei 1816/2005;
- 2 - Decreto 5.336/2015;
- 3 - Parecer do Conselho;

DELIBERA:

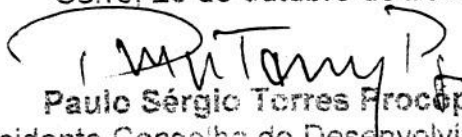
Art. 1º – Com base no art. 225 – CAPUT da Constituição Federal que
prevê o Princípio de Prevenção, que incumbe ao Poder Público e a coletividade
o dever de proteger e preservar o meio ambiente às futuras gerações.

Art 2º - Com base nos artigos 39, parágrafo 2º, art. 41 e art. 47, inciso II,
da Lei Complementar 075/2007 que institui o Plano Diretor do Município de
Serro, fica declarada a não conformidade do empreendimento Projeto Serro
Planta Asteca da Empresa Arigio American com a legislação de Uso e
Ocupação do solo do Município.

Art. 3º- Com base nos artigos 6º, 7º e 15 da Convenção 169 da
Organização Internacional do Trabalho, fica declarada a não Conformidade
Ambiental até que seja realizada consulta livre prévia e informada à
Comunidade Quilombola de Queimadas, que está situada na área de influência
direta do empreendimento mineral, com obtenção de consentimento da
Comunidade;

Art. 4º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Serro, 28 de outubro de 2015.


Paulo Sérgio Torres Frocôpio
Presidente Conselho de Desenvolvimento do
Meio Ambiente - CODEMA



Termo de Homologação

Homologo todos os termos e fundamentos da deliberação 01 de 28 de outubro de 2015 do Conselho Municipal do Desenvolvimento do Meio Ambiente – CODEMA, para fins de declarar a não conformidade do Projeto Serro – Planta Azteca da Empresa Anglo American.

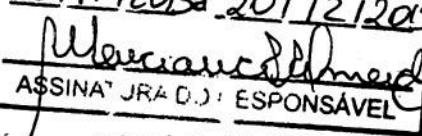
Serro, 20 de novembro de 2015.


Epaminondas Pires de Miranda
Prefeito Municipal de Serro

PREFEITURA DE
SERRO
TERRA DO QUEIJO

Adm. 2013 - 2016

CUIDANDO DA NOSSA CIDADE, CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Afixado no Quadro de
Publicações da Prefeitura
Municipal de Serro no Período de:
20/11/2015 a 20/12/2015

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Maria Lúcia Magalhães C. P. Almeida
SECRETARIA DE GABINETE